

AVALIAÇÃO SIMULADA

2025
7º Semestre

Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui
Rua Antônio Simões, 04 - Birigui/SP
18 3649-2200
www.fateb.br

 <p>FATEB FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE BIRIGUI</p>			
Curso BACHAREL EM DIREITO	Turma/Semestre 7º semestre	Data 16/06/2025	
Nome do aluno		R.A.	Nota da Avaliação
Orientações - A avaliação é individual - Cada questão contém apenas uma alternativa correta - Não é permitida nenhuma consulta - As respostas devem ser anotadas no cartão de respostas com caneta azul ou preta; - Ao final da avaliação o aluno deverá entregar o gabarito devidamente preenchido juntamente com a folha de questões - Não é permitido sair do local da prova antes de decorrer 90 minutos do seu início		AVALIAÇÃO MULTIDISCIPLINAR (SIMULADO)	

Disciplina	Processo Penal III
Professor	Dr. Paulo Arthur Germano Rigamonte

<u>Gabarito de respostas</u>				
Questão	A	B	C	D
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				

Assinatura do(a) acadêmico(a)

Questão 01. Tício é Senador e se vê diante de ação penal originária ajuizada no Supremo Tribunal Federal competente, a fim de apurar a responsabilidade por crime comum praticado por ele. Preocupado diante das possibilidades recursais oferecidas, Tício procura você na qualidade de advogado(a) indagando à respeito do Princípio do Duplo Grau de Jurisdição.

Assinale a alternativa abaixo que indica a resposta correta a ser dada a Tício:

- a) O Princípio do Duplo Grau de Jurisdição é absoluto e impõe a existência de recurso a ser dirigido para a Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- b) O Princípio do Duplo Grau de Jurisdição é absoluto e impõe a alteração da competência constitucional do Supremo Tribunal Federal.
- c) O Princípio do Duplo Grau de Jurisdição é relativo, mas ainda assim permite o processamento do Senador em outra corte.
- d) O Princípio do Duplo Grau de Jurisdição é relativo, de modo que os acusados com foro de prerrogativa de função não possuem aderência ao princípio em questão.

Questão 02. Caio interpõe contra uma sentença condenatória dois recursos: um recurso de apelação e um recurso em sentido estrito, tendo interposto a apelação em primeiro lugar.

Diante do caso apresentado, assinale a alternativa correta:

- a) Em nome do Princípio da Ampla Defesa, é perfeitamente possível interpor dois ou mais recursos em face de uma mesma decisão judicial, independente de previsão legal expressa do recurso cabível.
- b) O Princípio da Unirrecorribilidade não se aplica diante de má-fé ou erro grosseiro.
- c) Em nome do Princípio da Unirrecorribilidade, excepcionalmente se admite a interposição de dois recursos em face de uma mesma decisão, a exemplo do recurso especial e do recurso extraordinário.
- d) Em nome do Princípio da Unirrecorribilidade, no caso em tela apenas o recurso em sentido estrito deveria prevalecer, afastando-se a interposição da apelação.

Questão 03. Mário, inconformado com sentença condenatória proferida pelo Juízo da 3ª Vara Criminal da Comarca de São Paulo, interpõe Recurso Especial para o Superior Tribunal de Justiça, aproveitando-se do prazo de 15 dias, quando, na verdade, assim o faz no 8º dia após a publicação da decisão desfavorável.

Diante dessa situação e considerando o Princípio da Fungibilidade em matéria processual penal, assinale a alternativa correta:

- a) Aplica-se o Princípio em questão, considerando a inexistência de má-fé ou de erro grosseiro.
- b) Aplica-se o Princípio em questão, considerando a tempestividade do Recurso Especial.
- c) Não se aplica o Princípio em questão, considerando a existência de má-fé em decorrência da interposição de recurso com prazo maior do que o recurso cabível e adequado.
- d) Não se aplica o Princípio em questão, ainda que houvesse boa-fé e inexistisse erro grosseiro.

Questão 04. Assinale a alternativa que não contém um caso de reexame necessário:

- a) Sentença que conceder ordem de habeas corpus.
- b) Decisão que conceder a reabilitação criminal do art. 746 do Código de Processo Penal.
- c) Sentença que conceder ordem de mandado de segurança.
- d) Sentença que absolver o acusado do crime de tráfico de drogas.

Questão 05. Caio é vítima de um crime de roubo majorado, mas vê-se frustrado diante de sentença absolutória do réu. Para sua surpresa, vê-se também diante da desistência, por parte do Ministério Público, de recurso de apelação interposto em face da referida sentença.

Procurando-o na qualidade de advogado(a), assinale a alternativa correta:

- a) Dado o Princípio da Voluntariedade, é perfeitamente possível que o Ministério Público desista do recurso de apelação interposto.

- b) Em virtude do Princípio da Voluntariedade, ao Ministério Público é dada a possibilidade tanto de desistir quanto de renunciar ao recurso cabível.
- c) O Princípio da Voluntariedade aplica-se relativamente ao Ministério Público em ações penais públicas, de sorte que pode o órgão se valer da renúncia recursal, mas não pode desistir do recursos já interposto.
- d) O Princípio da Voluntariedade não se aplica no Processo Penal.

Questão 06. João e Maria são condenados pelo crime de latrocínio, tendo o magistrado de primeiro grau fixado a pena de reclusão no patamar de 18 anos, em regime inicialmente aberto. Contra tal sentença não são opostos embargos de declaração pelo Ministério Público a fim de questionar o regime, nem tampouco recurso de apelação, transitando em julgado tanto para a defesa quanto para a acusação. Ainda assim, o Ministério Público apresenta uma simples petição nos autos requerendo a correção do regime, sustentando, para tanto, que se trata de mero erro material; logo, sanável de ofício. João e Maria, observando tal peticionamento, procuram você como advogado(a) a fim de obter uma resposta sobre o caso.

Assinale a alternativa correta diante da situação apresentada:

- a) Tratando-se de erro material, ainda que haja prejuízo para os sentenciados, é perfeitamente possível a correção do regime aberto para que passe a constar na sentença o regime fechado.
- b) Em nome do Princípio da Vedação da Reforma Prejudicial (Non Reformatio In Pejus), não é possível a correção da sentença em questão por transbordar em modificação desfavorável aos acusados, ainda que se trate de mero erro material.
- c) Em recurso exclusivo da defesa, a situação dos acusados não pode ser agravada ou prejudicada, salvo em decorrência de correção de erro material.
- d) O Princípio da Non Reformatio In Pejus não se aplicaria caso a decisão a ser corrigida fosse proferida em sede de habeas corpus ou revisão criminal.

Questão 07. Caio é condenado pelo Tribunal do Júri pelo crime de homicídio simples consumado. Inconformado, apenas o Ministério Público interpôs recurso de apelação buscando a anulação da sessão plenária em virtude de veredicto manifestamente contrário à prova dos autos, visto entender ser o caso de homicídio qualificado consumado. O Tribunal de Justiça dá provimento ao apelo, anula o júri e determina a realização de outro em seu lugar, que de fato acontece. Desta vez, contudo, os jurados reconhecem a existência de qualificadora e causa de aumento que não foram objeto de reconhecimento pelos jurados que julgaram o feito da primeira vez.

Diante desse cenário, assinale a alternativa correta:

- a) O segundo veredicto viola o Princípio da Non Reformatio In Pejus, de modo que, tendo havido recurso apelas da acusação, os jurados, no segundo julgamento, não poderiam condenar Caio reconhecendo qualificadora e causa de aumento até então não reconhecidas no primeiro julgamento.
- b) O segundo veredicto viola o Princípio da Non Reformatio In Pejus, mas poderia haver o reconhecimento de causa de diminuição por parte dos jurados no segundo julgamento, já que tal situação seria mais favorável a Caio do que fora a primeira.
- c) O segundo veredicto não viola o Princípio da Non Reformatio In Pejus, de sorte que só violaria tal princípio se o juiz togado reconhecesse agravante não reconhecida no primeiro julgamento, conforme posição jurisprudencial do STJ.
- d) O Princípio da Non Reformatio In Pejus não se aplica em qualquer medida ao Tribunal do Júri.

Questão 08. À propósito do Princípio da Reformatio In Pejus, assinale a alternativa incorreta:

- a) Não se aplica em caso de incompetência absoluta, como já decidido pelo STJ/STF.
- b) Aplica-se ao agravamento da pena de multa, caso não haja recurso da acusação, evitando-se tal agravamento.
- c) Aplica-se ao Tribunal do Júri caso o magistrado, em segundo julgamento, reconheça a presença de agravante anteriormente não reconhecida, quando do primeiro julgamento.
- d) Aplica-se em habeas corpus e revisão criminal.

Questão 09. Considerando que contra sentença absolutória houve a interposição de recurso de apelação, mas, no prazo legal, o Ministério Público não apresentou suas razões recursais, assinale a alternativa correta:

- a) Não apresentadas as razões de apelação, o magistrado deverá inadmitir o recurso com base na desistência ficta ou tácita por parte da Acusação.
- b) Não apresentadas as razões de apelação, o magistrado deverá abrir prazo para que a vítima nomeie assistente de acusação a fim de substituir a atuação ministerial.
- c) Caso a Acusação não apresente razões, o magistrado deverá aplicar por analogia o art. 28 do CPP.
- d) De outro lado, caso fosse a Defesa que deixasse de arrazoar o recurso, o magistrado deveria de ofício nomear defensor dativo.

Questão 10. Assinale a alternativa incorreta acerca do Princípio da Dialeticidade em matéria recursal:

- a) Trata-se de princípio aplicável apenas aos recursos de índole extraordinária, como o recurso especial e o recurso extraordinário.
- b) Trata-se de princípio aplicável a todo e qualquer recurso, quer de índole ordinária, como a apelação e o recurso em sentido estrito, quer de índole extraordinária.
- c) Constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia, não a suprimindo a nomeação de defensor dativo.
- d) O Princípio da Dialeticidade impõe a demonstração do inconformismo da parte com a decisão objeto de recurso, impugnando-a em todos os seus fundamentos.

 <p>FATEB FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE BIRIGUI</p>			
Curso	Turma/Semestre	Data	
BACHAREL EM DIREITO	7º semestre	16/06/2025	
Nome do aluno		R.A.	Nota da Avaliação
Orientações - A avaliação é individual - Cada questão contém apenas uma alternativa correta - Não é permitida nenhuma consulta - As respostas devem ser anotadas no cartão de respostas com caneta azul ou preta; - Ao final da avaliação o aluno deverá entregar o gabarito devidamente preenchido juntamente com a folha de questões - Não é permitido sair do local da prova antes de decorrer 90 minutos do seu início		AVALIAÇÃO MULTIDISCIPLINAR (SIMULADO)	

Disciplina	DIREITO CIVIL VII – SUCESSÕES
Professor	MEIRE CRISTINA QUEIROZ SATO

<u>Gabarito de respostas</u>				
Questão	A	B	C	D
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				

Assinatura do(a) acadêmico(a)

Questão 01. Cesário faleceu na manhã de hoje. O *de cujus* deixa três filhos (A, B, C) que teve em seu casamento com Ana, já falecida em 2009. Deixa também seis netos e um patrimônio de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Anote-se que cada filho de Cesário teve dois filhos.

Se o filho “A” vem renunciar a herança, quem serão os herdeiros de Cesário?

Alternativas:

- a) Os filhos “B” e “C” apenas, sem atribuir direito de representação aos filhos de “A”.
- b) Os filhos “B” e “C”, e a parte de “A” será atribuída aos seus descendentes por direito de representação.
- c) Os filhos “B” e “C”, devendo o herdeiro renunciante (“A”) fazer a cessão de direitos do seu quinhão hereditário para os seus irmãos.
- d) Os filhos “B” e “C” e o neto (filho do herdeiro renunciante “A”), todos por direito próprio.

Questão 02. Paulo morre e deixa dois filhos, “A” e “B”. O filho “B”, por vez, foi acusado e condenado pela morte de sua mãe, esposa de Paulo. Paulo acabou morrendo de desgosto pelo ocorrido com sua esposa há dois anos, o que levou a uma profunda depressão. O *de cujus* também deixou três netos, sendo um filho de “A” (A1) e dois filhos de “B” (B1 e B2). Considerando o caso hipotético, responda a alternativa correta:

Alternativas:

- a) De acordo com a ordem da vocação hereditária, serão herdeiros de Paulo os seus filhos “A” e “B”, que herdaram por direito próprio.
- b) De acordo com a ordem da vocação hereditária, será herdeiro de Paulo o seu filho “A”, por direito próprio, e seus netos (“B1” e “B2”), por direito de representação.
- c) De acordo com a ordem da vocação hereditária, serão herdeiros de Paulo os seus filhos e seus netos, que herdaram por direito próprio.
- d) De acordo com a ordem da vocação hereditária, apenas o filho “A” será o herdeiro de Paulo, que sucederá os seus bens por direito próprio, pois seu irmão B é excluído da sucessão e por isso seus próprios descendentes não terão direito de representação.

Questão 03. O falecido deixa quatro filhos (“A”, “B”, “C” e “D”) e a cônjuge com quem foi casado no regime de comunhão parcial de bens, durante quarenta anos e mãe de seus filhos. Deixa também um patrimônio avaliado em dois milhões de reais, construído junto com sua esposa durante o casamento e um patrimônio particular constituído por bens de solteiro, avaliados em quatrocentos mil reais. Neste caso hipotético:

Alternativas:

- a) Somente serão herdeiros os filhos, que herdaram por direito próprio de acordo com a ordem da vocação hereditária estabelecida no art. 1.829, I, do Código Civil, dividindo-se a herança, entre eles, por cabeça.
- b) Serão herdeiros os filhos, que herdaram por direito próprio, e a viúva, que herda toda a herança concorrendo em partes iguais com os filhos, de acordo com o art. 1.832 do Código Civil.
- c) Serão herdeiros todos os filhos, por direito próprio, em relação a herança toda, que será dividida por cabeça entre eles; a cônjuge viúva herda o bem particular do falecido na proporção de $\frac{1}{4}$ por concorrer com seus próprios descendentes.
- d) Os filhos herdaram por cabeça o montante dos valores que compõem a meação do falecido (um milhão de reais) e a cônjuge viúva herda sozinha os valores relativos aos bens particulares deixados pelo falecido (quatrocentos mil reais).

Questão 04. No direito das sucessões, o *droit de saisine* ou princípio da saisine se aplica:

Alternativas:

- a) Ao Município quando ele é sucessor em razão da vacância da herança, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça.
- b) Estabelece que os herdeiros legítimos adquirem a posse da herança no exato momento em que tomam ciência do falecimento do autor da herança.
- c) Permite que o herdeiro ceda qualquer bem da herança considerado singularmente antes da ultimação da partilha.

d) Determina que a herança será transmitida, desde logo, tanto aos herdeiros legítimos como aos testamentários, no exato momento da morte, independentemente de quaisquer outros atos.

Questão 05. Marta, 75 anos, solteira, sem filhos, com todos os ascendentes falecidos, é irmã de Alberto e prima de Donizete. Proprietária de alguns imóveis, Marta procurou um cartório para lavrar testamento público em 2019. Ainda que seu contato com o irmão Alberto fosse ocasional, sendo muito mais próxima de Donizete, optou por dividir sua herança entre ambos.

Contudo, ao longo de 2020, durante a pandemia de Covid-19, Marta passou a residir junto de Donizete e sua família. Enquanto a convivência somente aumentou o afeto e a consideração entre os primos, o contato entre Marta e Alberto tornou-se ainda mais raro. Não por outro motivo, em agosto de 2020, Marta procurou o mesmo cartório e lavrou um novo testamento público, o qual nomeava Donizete como seu único herdeiro. Em janeiro de 2021, Marta faleceu. Ao tomar conhecimento da disposição de última vontade da irmã, Alberto consulta você, como advogado(a), a respeito da situação. Com efeito, é correto afirmar que:

Alternativas:

- a) No testamento, Marta deveria deixar ao menos metade de sua herança para Alberto, seu irmão e, assim, herdeiro necessário.
- b) Marta apenas poderia afastar o direito à herança de Alberto por meio de deserdação fundada no abandono afetivo.
- c) Os colaterais são herdeiros facultativos. Portanto, toda herança de Marta poderá ser transmitida a Donizete por meio de testamento.
- d) O testamento deverá ser invalidado, pois os colaterais são herdeiros legítimos e, segundo a ordem de vocação hereditária, todos têm o direito de receber a herança por direito próprio e por cabeça.

Questão 06. Ao falecer em 2019, Januário deixa duas filhas vivas: Rosana, mãe de Luna, e Helena, mãe de Gabriel. O filho mais velho de Januário, Humberto, falecera em 2016, deixando-lhe dois netos: Lucas e João. Sobre a sucessão de Januário, assinale a afirmativa correta.

Alternativas:

- a) Lucas, João, Luna, Gabriel e Vinícius são seus herdeiros.
- b) Helena, Rosana, Lucas e João são seus herdeiros, cada um herdando uma quota igual da herança deixada por Januário.
- c) Apenas Helena e Rosana são suas herdeiras.
- d) São seus herdeiros Helena e Rosana, por direito próprio, e os sobrinhos Lucas e João, por direito de representação, os quais receberão, cada um, metade equivalente ao quinhão de seu pai Humberto.

Questão 07. Nas assertivas abaixo, pontue a alternativa INCORRETA:

Alternativas:

- a) Ao cônjuge sobrevivente assegura-se o direito real de habitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família, desde que seja o único desta natureza a inventariar.
- b) A sucessão abre-se no lugar do último domicílio do falecido.
- c) Não se excluem da sucessão os herdeiros co-autores de tentativa de crime de homicídio doloso contra a pessoa cuja sucessão se tratar.
- d) Quando todos os chamados a suceder renunciarem à herança, será esta desde logo declarada vacante.

Questão 08. A ordem de vocação hereditária é definida:

Alternativas:

- a) livremente, de acordo com a vontade do testador.
- b) de acordo com a lei vigente ao tempo da abertura da sucessão.
- c) de acordo com a lei vigente ao tempo da abertura do processo de inventário.
- d) de acordo com a lei vigente ao tempo da partilha.

Questão 09. Acerca do direito das sucessões, assinale a opção correta.

Alternativas:

- a) A herança é uma universalidade, não importando o quantitativo de herdeiros a que seja atribuída. No entanto, na existência de legado, a sucessão se dará a título singular.
- b) A aceitação da herança é ato jurídico receptício.
- c) Afere-se a capacidade de suceder dos herdeiros testamentários quando da feitura do testamento.
- d) A indignidade é ato pelo qual o testador pode excluir da sucessão apenas o herdeiro necessário, obedecidas as situações previstas na lei civil.

Questão 10. Sobre as sucessões, assinale a alternativa errada.

Alternativas:

- a) Aplica-se o direito de representação à linha ascendente.
- b) Viúva, que fora casada em separação convencional com o *de cujus*, tem direito de concorrer com os filhos exclusivos do falecido na sucessão deste.
- c) O pai pode deixar toda a parte disponível de sua herança para um de seus dois filhos.
- d) Para excluir da sucessão o irmão, basta que o testador disponha de seu patrimônio sem o contemplar.

 FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE BIRIGUI		
Curso BACHAREL EM DIREITO	Turma/Semestre 7º semestre	Data 16/06/2025
Nome do aluno	R.A.	Nota da Avaliação
Orientações <ul style="list-style-type: none">- A avaliação é individual- Cada questão contém apenas uma alternativa correta- Não é permitida nenhuma consulta- As respostas devem ser anotadas no cartão de respostas com caneta azul ou preta;- Ao final da avaliação o aluno deverá entregar o gabarito devidamente preenchido juntamente com a folha de questões- Não é permitido sair do local da prova antes de decorrer 90 minutos do seu início		AVALIAÇÃO MULTIDISCIPLINAR (SIMULADO)

Disciplina	Direito Processual Civil III
Professor	Dr. Claudinei J. Gottens

Gabarito de respostas				
Questão	A	B	C	D
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				

Assinatura do(a) acadêmico(a)

Questão 01. O efeito devolutivo dos recursos refere-se:

- A) À impossibilidade de reformar uma decisão sem pedido expresso do recorrente.
- B) À faculdade do tribunal de rever qualquer aspecto do processo, independentemente do recurso interposto.
- C) À extensão da matéria que poderá ser analisada pelo órgão julgador do recurso, nos limites da impugnação feita pelo recorrente.
- D) Ao efeito que impede que a decisão judicial recorrida produza efeitos enquanto não for analisado o recurso.

Questão 02. Considerando as disposições do CPC sobre coisa julgada, é correto afirmar que:

- A) A coisa julgada se aplica a todas as questões discutidas no processo, incluindo as questões prejudiciais, independentemente de qualquer requisito.
- B) A coisa julgada material pode ser desconstituída por simples petição caso surjam novos argumentos jurídicos que demonstrem a incorreção da decisão.
- C) A coisa julgada não se estende às questões prejudiciais, salvo se houver resolução expressa e se o juiz tiver competência para julgá-las.
- D) O efeito preclusivo da coisa julgada permite que o mesmo juiz reanalise a decisão em caso de dúvida sobre sua correção.

Questão 03. Antônio ajuizou demanda pelo procedimento comum na Justiça Estadual em relação ao Município de Cerro Grande, postulando indenização por danos morais decorrentes de alegado erro em atendimento médico em um Posto de Saúde no Município. O magistrado, de plano, proferiu julgamento de improcedência liminar do pedido, fundado na ocorrência de prescrição da pretensão indenizatória. A conduta processual do magistrado:

- A) Está processualmente correta, mas a parte autora poderá interpor recurso de agravo de instrumento buscando a reforma de seu conteúdo
- B) Está incorreta, pois fere o princípio processual da vedação de decisão surpresa, podendo ser atacada pelo recurso de agravo de instrumento
- C) Está processualmente correta, mas a parte autora poderá interpor recurso de apelação buscando a reforma de seu conteúdo
- D) Está processualmente correta, mas a parte autora poderá interpor recurso de embargos de declaração buscando a reforma de seu conteúdo

Questão 04. Sobre a sentença e seus efeitos, marque a alternativa correta:

- A) A sentença que extingue o processo sem resolução de mérito impede a rediscussão da demanda e faz coisa julgada material.
- B) O efeito substitutivo das decisões recursais significa que a decisão do tribunal substitui integralmente a decisão recorrida, inclusive na parte que não foi impugnada.
- C) A decisão de improcedência liminar do pedido faz coisa julgada material e impede a reabertura da discussão, salvo se o autor trazer novos fundamentos de fato.
- D) A coisa julgada material ocorre quando a decisão judicial se torna imutável dentro do mesmo processo, sem impedir sua rediscussão em nova demanda.

Questão 05. Durante o trâmite de uma ação de indenização por danos morais, o juiz indefere o pedido de produção de prova testemunhal formulado por uma das partes. A parte, inconformada, pretende impugnar imediatamente essa decisão. Considerando a legislação processual civil, assinale a alternativa correta:

- A) A parte deve interpor recurso ordinário, pois se trata de decisão que impede a produção de provas essenciais.
- B) A parte poderá interpor agravo de instrumento, pois a decisão que versa sobre produção de provas é passível de impugnação imediata.
- C) A parte deverá aguardar a sentença para alegar a nulidade em preliminar de apelação, sendo incabível agravo de instrumento.
- D) A decisão é irrecorrível por se tratar de matéria de discricionariedade do juiz da causa.

Questão 06. Em uma determinada ação, após o oferecimento de defesa, o juiz proferiu decisão parcial de mérito, com base no art. 356, I, do CPC, uma vez que um dos pedidos formulados pelo autor mostrou-se incontroverso. Sobre o caso hipotético, assinale a afirmativa INCORRETA:

- A) Ocorrerá a preclusão recursal caso não seja apresentado o recurso cabível no prazo de quinze dias;
- B) Apesar de se tratar de uma sentença, caso o réu deseje recorrer deverá apresentar o recurso de agravo de instrumento diretamente para a instância superior;

- C) Por se tratar de uma sentença com julgamento de mérito, nos termos do artigo 1.009, do CPC, o réu, caso intente recorrer, deverá apresentar o recurso de apelação, o qual será interposto no juízo que proferiu a sentença recorrida;
- D) Por se tratar de uma decisão com julgamento de mérito, em caso de eventual recurso não é cabível a retratação.

Questão 07. Nos autos de uma ação de indenização por danos morais foi proferida sentença de parcial procedência eis que, embora acolhida a pretensão autoral o valor dos danos foi fixado em patamar inferior ao pedido. Por ocasião da apresentação da defesa, o réu também apresentou pedido de deferimento dos benefícios da assistência judiciária gratuita, o qual não foi analisado pelo juízo prolator da decisão. Diante do caso hipotético, é correto afirmar que:

- A) O réu deverá apresentar o recurso de embargos de declaração, no prazo de quinze dias, tendo em vista se estar diante de omissão jurisdicional;
- B) O réu deverá apresentar, no recurso de agravo de instrumento, preliminar a fim de que o órgão superior analise o pedido de concessão da assistência judiciária gratuita;
- C) O réu deverá apresentar o recurso de embargos de declaração, no prazo de cinco dias, tendo em vista se estar diante de omissão jurisdicional
- D) O réu deverá apresentar, no recurso de apelação, preliminar a fim de que o órgão superior analise o pedido de concessão da assistência judiciária gratuita sob pena de preclusão.

Questão 08. O advogado de João da Silva ingressou com ação contra Pedro Santana objetivando o recebimento de indenização por danos materiais decorrente de acidente de trânsito. Tendo em vista o conteúdo e os documentos da petição inicial, o juiz proferiu decisão com base no art. 485, I, do CPC antes mesmo de determinar a citação do réu. Analisando o caso em comento é correto afirmar que:

- A) a decisão proferida é nula pois deixou de observar o contraditório e a ampla defesa em vista da falta de citação do réu;
- B) o autor poderá recorrer da decisão no prazo de quinze dias mediante o recurso de apelação que será apresentado ao próprio juízo que proferiu a decisão o qual, em caso de retratação, determinará a citação do réu para apresentação de defesa;
- C) o autor poderá recorrer da decisão no prazo de quinze dias mediante o recurso de apelação que será apresentado ao próprio juízo que proferiu a decisão não lhe sendo permitido o juízo de retratação;
- D) o autor poderá recorrer da decisão no prazo de quinze dias mediante o recurso de agravo de instrumento uma vez se tratar de decisão prevista no artigo 1.015, do CPC.

Questão 09. Ao receber o recurso e verificar que o recorrente não efetuou o pagamento do preparo corretamente, o relator:

- A) Negará provimento ao recurso em virtude da deserção;
- B) Negará seguimento ao recurso em virtude da deserção;
- C) Em se tratando de recurso de apelação, devolverá à origem para proceder a intimação do recorrente para regularização do vício;
- D) Antes de considerar inadmissível o recurso, concederá o prazo de 5 (cinco) dias ao recorrente para que seja sanado o vício;

Questão 10. Ao receber o recurso de agravo de instrumento tirado pelo recorrente contra decisão proferida em ação de indenização por acidente de trânsito, a qual havia negado a inclusão da locadora de veículo no polo passivo da ação, o relator:

- A) poderá, mesmo antes das contrarrazões, dar provimento ao recurso pois a tese recursal está em conformidade com precedente firmado em súmula do Superior Tribunal de Justiça;
- B) determinará ao juízo prolator da decisão recorrida que realize a sua revisão a fim de conformar o entendimento com precedente firmado em súmula do Superior Tribunal de Justiça;
- C) poderá, de ofício, conceder tutela provisória para sustar os efeitos da decisão recorrida por estar em desacordo com precedente firmado em súmula do Superior Tribunal de Justiça;
- D) poderá, depois de facultada a apresentação de contrarrazões, dar provimento ao recurso pois a tese recursal está em conformidade com precedente firmado em súmula do Superior Tribunal de Justiça

 FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE BIRIGUI		
Curso BACHAREL EM DIREITO	Turma/Semestre 7º semestre	Data 16/06/2025
Nome do aluno	R.A.	Nota da Avaliação
Orientações <ul style="list-style-type: none">- A avaliação é individual- Cada questão contém apenas uma alternativa correta- Não é permitida nenhuma consulta- As respostas devem ser anotadas no cartão de respostas com caneta azul ou preta;- Ao final da avaliação o aluno deverá entregar o gabarito devidamente preenchido juntamente com a folha de questões- Não é permitido sair do local da prova antes de decorrer 90 minutos do seu início		AVALIAÇÃO MULTIDISCIPLINAR (SIMULADO)

Disciplina	EMPRESARIAL 2
Professor	RENATO FREITAS

Gabarito de respostas				
Questão	A	B	C	D
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				

Assinatura do(a) acadêmico(a)

Questão 01 - Tamandaré emitiu nota promissória no valor de R\$ 7.300,00 (sete mil e trezentos reais) em favor de Altamira. Esta endossou o título em branco para Ângulo Comércio de Tecidos Ltda. Sendo inequívoco que a nota promissória em branco circula ao portador, em caso de desapossamento é correto afirmar que

- A) Tamandaré ficará desonerado da responsabilidade cambial se provar que o desapossamento do título por parte de Ângulo Comércio de Tecidos Ltda. não pode lhe ser imputado.
- B) Ângulo Comércio de Tecidos Ltda. poderá obter novo título em Juízo bem como impedir que seu valor seja pago a outrem.
- C) Altamira não poderá opor ao novo portador exceção fundada em direito pessoal ou em nulidade de sua obrigação.
- D) A pessoa que se apoderar da nota promissória poderá exigir o pagamento de todos os obrigados, à exceção de Altamira.

Questão 02 - Riqueza Comércio de Artigos Eletrônicos Ltda. sacou duplicata na modalidade cartular em face de Papelaria Sul Brasil Ltda., que foi devidamente aceita, com vencimento no dia 25 de março de 2022. Antes do vencimento, a duplicata foi endossada para Saudades Fomento Mercantil S/A. No dia do vencimento, a duplicata não foi paga, porém, no dia seguinte, foi prestado aval em branco datado pelo avalista Antônio Carlos. Acerca da validade e do cabimento do aval dado na duplicata após o vencimento, assinale a afirmativa correta.

- A) É nulo o aval após o vencimento na duplicata, por vedação expressa no Código Civil, diante da omissão da Lei nº 5.474/68 (Lei de Duplicatas).
- B) É válido o aval na duplicata após o vencimento, desde que o título ainda não tenha sido endossado na data da prestação do aval.
- C) É nulo o aval na duplicata cartular, sendo permitido apenas na duplicata escritural e mediante registro do título perante o agente escriturador.
- D) É válido o aval dado na duplicata antes ou após o vencimento, por previsão expressa na Lei de Duplicatas (Lei nº 5.474/68)

Questão 03 – Socorro, empresária individual, sacou duplicata de venda na forma cartular, em face de Laticínios Aguai Ltda. com vencimento para o dia 11 de setembro de 2020. Antes do vencimento, no dia 31 de agosto de 2020, a duplicata, já aceita, foi endossada para a sociedade Bariri & Piraju Ltda. Considerando-se que, no dia 9 de outubro de 2020, a duplicata foi apresentada ao tabelionato de protestos para ser protestada por falta de pagamento, é correto afirmar que o endossatário

- A) não poderá promover a execução em face de nenhum dos signatários diante da perda do prazo para a apresentação da duplicata a protesto por falta de pagamento.
- B) poderá promover a execução da duplicata em face do aceitante e do endossante, por ser facultativo o protesto por falta de pagamento da duplicata, caso tenha sido aceita pelo sacado.
- C) poderá promover a execução da duplicata em face do aceitante e do endossante, pelo fato de o título ter sido apresentado a protesto em tempo hábil e por ser o aceitante o obrigado principal.
- D) não poderá promover a execução em face do endossante, diante da perda do prazo para a apresentação da duplicata a protesto por falta de pagamento, mas poderá intentá-la em face do aceitante, por ser ele o obrigado principal.

Questão 04 - Bonfim emitiu nota promissória à ordem em favor de Normandia, com vencimento em 15 de março de 2020 e pagamento na cidade de Alto Alegre/RR. O título de crédito passou por três endossos antes de seu vencimento. O primeiro endosso foi em favor de Iracema, com proibição de novo endosso; o segundo endosso, sem garantia, se deu em favor de Moura; no terceiro e último endosso, o endossante indicou Cantá como endossatário. Vencido o título sem pagamento, o portador poderá promover a ação de cobrança em face de

- A) Bonfim, o emitente e coobrigado, e dos obrigados principais Iracema e Moura, observado o aponte tempestivo do título a protesto por falta de pagamento para o exercício do direito de ação somente em face do coobrigado.

B) Bonfim, o emitente e obrigado principal, e do endossante e coobrigado Moura, observado o aponte tempestivo do título a protesto por falta de pagamento para o exercício do direito de ação em face do coobrigado.

C) Normandia, primeira endossante e obrigado principal, e do endossante Moura, observado o aponte tempestivo do título a protesto por falta de pagamento para o exercício do direito de ação em face de ambos.

D) Iracema, Normandia e Cantá, endossantes e coobrigados da nota promissória, dispensado o aponte do título a protesto por falta de pagamento para o exercício do direito de ação em face deles.

Questão 05 - Um cliente apresenta a você um cheque nominal à ordem com as assinaturas do emitente no anverso e do endossante no verso. No verso da cártula, também consta uma terceira assinatura, identificada apenas como aval pelo signatário. Com base nessas informações, assinale a afirmativa correta.

A) O aval dado no título foi irregular, pois, para a sua validade, deveria ter sido lançado no anverso.

B) A falta de indicação do avalizado permite concluir que ele pode ser qualquer dos signatários (emitente ou endossante).

C) O aval dado no título foi na modalidade em branco, sendo avalizado o emitente.

D) O aval somente é cabível no cheque não à ordem, sendo considerado não escrito se a emissão for à ordem.

Questão 06 - A sociedade Nerópolis Fretamentos de Cargas Ltda. está passando por grave crise financeira e precisa, com a máxima urgência, pleitear recuperação judicial. A pedido de um dos administradores, o sócio Irapuan Pinheiro, titular de 70% do capital social, autorizou o pedido de recuperação judicial por esse administrador, o que foi feito. Acerca da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

A) A conduta do sócio Irapuan Pinheiro foi ilícita, pois somente por decisão unânime dos sócios é possível pleitear a recuperação judicial de sociedade limitada.

B) A conduta do administrador foi lícita, pois é dispensável, em qualquer caso, a manifestação da assembleia de sócios para o pedido de recuperação judicial de sociedade limitada.

C) A conduta do sócio Irapuan Pinheiro foi lícita, pois, em caso de urgência, é possível a qualquer sócio titular de mais da metade do capital social autorizar os administradores a requerer recuperação judicial.

D) A conduta do administrador foi ilícita, pois deveria ter sido convocada assembleia de sócios para deliberar sobre a matéria com quórum de, no mínimo, 3/4 (três quartos) do capital social.

Questão 07 - Tibagi Verduras e Legumes Ltda. requereu sua recuperação judicial no juízo do seu principal estabelecimento, localizado em Apucarana/PR. Na petição inicial informou sua condição de microempresa, comprovando na documentação acostada seu enquadramento legal e que apresentará, oportunamente, plano especial de recuperação. Considerando as informações prestadas e as disposições da legislação sobre o plano especial de recuperação, assinale a única afirmativa correta.

(A) A sociedade devedora poderá oferecer aos credores quirografários, inclusive à aqueles decorrentes de repasse de recursos oficiais, o pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros equivalentes à taxa SELIC, podendo propor o abatimento do valor das dívidas.

(B) O plano especial de recuperação deverá prever que o devedor realize o pagamento da primeira parcela aos credores sujeitos à recuperação, no prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias, contados da data da concessão da recuperação judicial.

(C) A sociedade limitada não poderá incluir no plano especial os credores titulares de propriedade fiduciária de bens móveis ou imóveis, proprietários em contrato de compra e venda com reserva de domínio, que terão preservadas as condições contratuais e as disposições legais.

(D) Por se tratar de devedora microempresa e em razão do tratamento favorecido que lhe é dispensado, o plano especial de recuperação poderá ser apresentado em até 60 (sessenta) dias, contados da data do pedido de recuperação, admitida uma única prorrogação e por igual prazo.

Questão 08 - Cerâmica Água Doce do Norte teve sua falência requerida pelo Banco Boa Esperança S/A, em razão do não pagamento de cinco duplicatas que lhe foram endossadas por Castelo, Vivacqua & Cia. Os títulos estão protestados para fins falimentares e não se verificou pagamento até a data da citação. Ao ser citada, a sociedade devedora apresentou tempestivamente a contestação e, no mesmo prazo, em peça processual própria, requereu recuperação judicial, sem, contudo, se manifestar sobre a efetivação de depósito elisivo. Com base nas informações acima, a sociedade empresária

- A) tinha a faculdade de pleitear sua recuperação judicial no prazo de contestação, ainda que não tivesse se manifestado pela efetivação de depósito elisivo.
- B) não deveria ter requerido sua recuperação judicial e sim ter efetuado o depósito elisivo, eliminando a presunção de insolvência para, somente após esse ato, pleitear recuperação judicial.
- C) deveria ter pleiteado sua recuperação judicial, pois o devedor pode se utilizar do benefício até o trânsito em julgado da sentença de falência, portanto, o pedido foi tempestivo e correto.
- D) estava impedida de requerer recuperação judicial, pois já havia, na data do pedido de recuperação, requerimento de falência contra si, ajuizado pelo credor da duplicatas.

Questão 09 - Pedreira Anitápolis Ltda. está passando por sérias dificuldades de fluxo de caixa a curto e médio prazo e não está conseguindo crédito no mercado financeiro para honrar seus compromissos urgentes, em especial com credores trabalhistas e por acidentes de trabalho. A sociedade empresária pretende elaborar um plano de recuperação extrajudicial para apresentar a seus credores e negociar com eles sua aprovação. Sobre a pretensão de submeter créditos trabalhistas e por acidentes de trabalho aos efeitos da recuperação extrajudicial, assinale a afirmativa correta.

- A) Os créditos de natureza trabalhista e por acidentes de trabalho podem ser incluídos no plano de recuperação extrajudicial, mas, para a homologação, é necessária prévia negociação coletiva com o sindicato da respectiva categoria funcional.
- B) Os créditos de natureza trabalhista e por acidentes de trabalho, à semelhança do que ocorre com os créditos de natureza tributária, não podem ser incluídos no plano de recuperação extrajudicial, por não se sujeitarem aos efeitos da recuperação extrajudicial.
- C) Os créditos decorrentes de acidentes de trabalho, no limite máximo de 150 (cento e cinquenta) salários mínimos por empregado, podem ser incluídos no plano de recuperação extrajudicial, mas os créditos de natureza trabalhista não se sujeitam aos efeitos da recuperação extrajudicial.
- D) Os créditos de natureza trabalhista podem ser incluídos no plano de recuperação extrajudicial, mediante negociação coletiva prévia com o sindicato da respectiva categoria funcional, mas os créditos decorrentes de acidentes de trabalho não se sujeitam aos efeitos da recuperação extrajudicial.

Questão 10 - Você participou da elaboração, apresentação e negociação do plano de recuperação extrajudicial de devedor sociedade empresária. Tendo sido o plano assinado por todos os credores por ele atingidos, seu cliente o contratou para requerer a homologação judicial. Assinale a opção que indica o juízo em que deverá ser apresentado o pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial.

- A) O juízo da sede do devedor.
- B) O juízo do principal estabelecimento do devedor.
- C) O juízo da sede ou de qualquer filial do devedor.
- D) O juízo do principal estabelecimento ou da sede do devedor.

 <p>FATEB FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE BIRIGUI</p>			
Curso BACHAREL EM DIREITO	Turma/Semestre 7º semestre	Data 16/06/2025	
Nome do aluno		R.A.	Nota da Avaliação
Orientações - A avaliação é individual - Cada questão contém apenas uma alternativa correta - Não é permitida nenhuma consulta - As respostas devem ser anotadas no cartão de respostas com caneta azul ou preta; - Ao final da avaliação o aluno deverá entregar o gabarito devidamente preenchido juntamente com a folha de questões - Não é permitido sair do local da prova antes de decorrer 90 minutos do seu início		AVALIAÇÃO MULTIDISCIPLINAR (SIMULADO)	

Disciplina	Direitos Difusos e Coletivos II (Relações de Consumo e Processo Coletivo)
Professor	Valério Catarin de Almeida

<u>Gabarito de respostas</u>				
Questão	A	B	C	D
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				

Assinatura do(a) acadêmico(a)

I - Sobre o princípio da vulnerabilidade no Código de Defesa do Consumidor (CDC), assinale a alternativa correta:

- A) O princípio da vulnerabilidade exige que o consumidor comprove sua hipossuficiência técnica, jurídica ou econômica para ter direito à inversão do ônus da prova.
- B) A vulnerabilidade do consumidor é apenas de natureza econômica, sendo necessário comprovar renda inferior à do fornecedor para se beneficiar do CDC.
- C) A vulnerabilidade do consumidor é presumida pelo ordenamento jurídico, sendo ele considerado parte mais fraca na relação de consumo, independentemente de comprovação.
- D) A aplicação do princípio da vulnerabilidade depende de decisão judicial transitada em julgado, após ampla produção de provas sobre a desigualdade entre as partes.

II - Com base na natureza difusa dos direitos tutelados pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC), assinale a alternativa incorreta:

- A) Os direitos difusos são transindividuais, de natureza indivisível, de que são titulares pessoas indeterminadas ligadas por circunstâncias de fato.
- B) A defesa dos direitos difusos do consumidor pode ser exercida por associações civis legalmente constituídas há pelo menos um ano, com objetivos voltados à defesa do consumidor.
- C) A natureza difusa dos direitos do consumidor impede sua tutela judicial, sendo necessário sempre o prévio esgotamento da via administrativa.
- D) O dano a direito difuso pode decorrer de práticas comerciais abusivas que atingem um número indeterminado de consumidores ao mesmo tempo.

III - Sobre o princípio da boa-fé objetiva no âmbito das relações de consumo, assinale a alternativa correta:

- A) O princípio da boa-fé objetiva impõe a fornecedores e consumidores o dever de agir com lealdade, transparência e cooperação, mesmo nas fases pré e pós-contratual.
- B) A boa-fé objetiva no Direito do Consumidor aplica-se exclusivamente ao momento da celebração do contrato, não alcançando os períodos anterior ou posterior à contratação.
- C) O princípio da boa-fé objetiva dispensa o fornecedor de cumprir com informações ofertadas em publicidade, desde que o contrato firmado disponha de cláusulas diferentes.
- D) A boa-fé objetiva é um dever jurídico imposto apenas ao consumidor, cabendo ao fornecedor o exercício pleno da autonomia da vontade nos contratos de consumo.

IV - A respeito da fase pós-contratual nas relações de consumo, assinale a alternativa incorreta:

- A) Mesmo após o encerramento do contrato, permanecem deveres de conduta pautados pela boa-fé objetiva, como o dever de lealdade e de não causar prejuízos à outra parte.
- B) Encerrado o contrato, extinguem-se automaticamente todas as obrigações do fornecedor, inclusive quanto à responsabilidade por vícios ocultos do produto ou serviço.
- C) A fase pós-contratual é reconhecida como parte integrante da relação de consumo, podendo gerar responsabilidade civil caso haja descumprimento de deveres residuais.
- D) A publicidade enganosa pode gerar efeitos até mesmo após a execução do contrato, implicando responsabilização do fornecedor na fase posterior à contratação.

V - Sobre a prescrição no Direito do Consumidor relativa a bens duráveis e vícios ocultos, assinale a alternativa correta:

- A) O prazo prescricional para reclamar de vícios ocultos em bens duráveis é de 5 anos, contados da assinatura do contrato.
- B) O prazo decadencial para vício oculto em bem durável é de 90 dias, contados da data da entrega do produto ao consumidor.
- C) O prazo para reclamar de vícios ocultos em bens duráveis é de 30 dias, independentemente da natureza do bem.
- D) O prazo decadencial para reclamar de vício oculto em bem durável é de 90 dias, contados do momento em que ficar evidenciado o defeito.

VI - Com base no Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa correta quanto às práticas abusivas:

- A) É permitida a exigência de valores mínimos para compras com cartão de crédito, desde que o consumidor seja previamente informado.
- B) O fornecedor pode condicionar o fornecimento de um produto ou serviço ao fornecimento de outro, quando houver vantagem econômica.
- C) É lícito ao fornecedor enviar produto não solicitado ao consumidor, presumindo-se a aceitação tácita em caso de silêncio.
- D) É vedado ao fornecedor prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor para impingir-lhe seus produtos ou serviços.

VII - Sobre o mandado de segurança coletivo no contexto das relações de consumo, assinale a alternativa correta:

- A) Associações civis legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses dos consumidores possuem legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo.
- B) Apenas o Ministério Público e a Defensoria Pública possuem legitimidade para propor mandado de segurança coletivo em favor dos consumidores.
- C) O mandado de segurança coletivo só pode ser impetrado por sindicatos em defesa de trabalhadores, não se aplicando à tutela de consumidores.
- D) O mandado de segurança coletivo exige, para sua admissibilidade, a autorização expressa e individual de todos os consumidores beneficiários.

VIII - Com base no Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa incorreta sobre a repetição do indébito:

- A) O consumidor que for cobrado em quantia indevida tem direito à devolução do valor pago em dobro, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo engano justificável.
- B) A repetição do indébito somente é possível se o consumidor comprovar ter sofrido dano moral em razão da cobrança indevida.
- C) O direito à repetição do indébito está previsto no art. 42, parágrafo único, do CDC.
- D) O engano justificável afasta a obrigação do fornecedor de devolver o valor em dobro, mas não impede a restituição simples do valor indevidamente cobrado.

IX - Com relação à ação civil pública no âmbito da proteção ao consumidor, assinale a alternativa incorreta:

- A) A ação civil pública é instrumento hábil para a tutela de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos do consumidor.
- B) Apenas o Ministério Público possui legitimidade para propor ação civil pública em defesa dos direitos do consumidor.
- C) A sentença civil fará coisa julgada erga omnes, nos limites da competência territorial do órgão prolator, em caso de procedência do pedido e se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas.
- D) Associações civis podem propor ação civil pública desde que estejam constituídas há pelo menos um ano e incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses do consumidor.

X - Acerca da natureza jurídica do Direito do Consumidor e sua posição no ordenamento constitucional brasileiro, assinale a alternativa correta:

- A) O Direito do Consumidor é exclusivamente de natureza infraconstitucional, disciplinado unicamente pela Lei nº 8.078/1990, sem qualquer previsão na Constituição Federal.

- B) O Direito do Consumidor constitui um ramo autônomo do Direito Privado, desvinculado de princípios constitucionais de justiça social ou dignidade da pessoa humana.
- C) O Direito do Consumidor é aplicado apenas de forma subsidiária aos contratos civis e comerciais, não possuindo força normativa própria, sendo mera diretriz interpretativa.
- D) O Direito do Consumidor é consagrado como direito fundamental de terceira geração, com assento no art. 5º, inciso XXXII, da Constituição Federal, e constitui instrumento de promoção da dignidade da pessoa humana e da justiça social.

 FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE BIRIGUI			
Curso BACHAREL EM DIREITO	Turma/Semestre 7º semestre	Data 16/06/2025	
Nome do aluno		R.A.	Nota da Avaliação
Orientações <ul style="list-style-type: none">- A avaliação é individual- Cada questão contém apenas uma alternativa correta- Não é permitida nenhuma consulta- As respostas devem ser anotadas no cartão de respostas com caneta azul ou preta;- Ao final da avaliação o aluno deverá entregar o gabarito devidamente preenchido juntamente com a folha de questões- Não é permitido sair do local da prova antes de decorrer 90 minutos do seu início		AVALIAÇÃO MULTIDISCIPLINAR (SIMULADO)	

Disciplina	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO
Professor	Débora dos Santos Viana Rigamonte

Gabarito de respostas				
Questão	A	B	C	D
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				

Assinatura do aluno (a)

Questão 1. O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial são instituições financeiras internacionais frequentemente mencionadas no contexto da economia global. Em relação às funções principais e às diferenças entre essas duas instituições, assinale a alternativa correta:

- a) O FMI tem como objetivo principal financiar projetos de desenvolvimento de longo prazo em países de baixa renda, enquanto o Banco Mundial fornece empréstimos emergenciais de curto prazo para equilibrar as contas externas dos países membros.
- b) O Banco Mundial e o FMI foram criados durante a Conferência de Bretton Woods em 1944, sendo que o primeiro busca o desenvolvimento econômico de países, enquanto o segundo atua na estabilidade monetária internacional.
- c) Ambos têm o mesmo corpo diretivo e suas decisões estratégicas sempre são tomadas simultaneamente para evitar conflitos de interesse entre projetos de infraestrutura e políticas cambiais.
- d) O FMI e o Banco Mundial destinam-se exclusivamente ao financiamento de países desenvolvidos, não possuindo políticas específicas para economias emergentes ou em desenvolvimento.

Questão 2. Qual das alternativas abaixo reflete corretamente um dos princípios abordados na Declaração Rio 1992?

- a) A proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável são independentes e tratados separadamente.
- b) Os Estados não têm obrigação de notificar outros países sobre desastres naturais ou emergências ambientais.
- c) A guerra é considerada prejudicial ao desenvolvimento sustentável, e a paz é vista como um fator essencial para a proteção ambiental.
- d) O Estatuto de Roma não considera ataques que causam grandes danos ao meio ambiente como crimes de guerra.

Questão 3. Sobre a Agenda 2030 da ONU e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), assinale a alternativa que apresenta corretamente alguns desses objetivos:

- a) Erradicação da pobreza, educação de qualidade, vida terrestre, redução das desigualdades e produção e consumo responsáveis.
- b) Crescimento militar, uso de recursos naturais, educação, desenvolvimento tecnológico único.
- c) Expansão da exploração de combustíveis fósseis, incentivo ao consumo, exclusão social e foco no lucro acima do meio ambiente.
- d) Acesso à água potável, diminuição da igualdade de gênero, redução da justiça social.

Questão 4. Sobre a Organização Internacional do Trabalho (OIT), assinale a alternativa correta:

- a) A OIT foi criada após a Segunda Guerra Mundial fazendo parte da Liga das Nações.
- b) Sua sede está localizada em Genebra, na Suíça, e o Brasil é membro fundador que participa da Conferência Internacional do Trabalho desde a primeira reunião.
- c) A OIT é um órgão subordinado da Organização das Nações Unidas (ONU), suas decisões são aprovadas pelo comitê interno da ONU.

d) A principal missão da OIT é promover o crescimento econômico de qualidade, questões sociais ou de justiça social são em segundo plano para o crescimento.

Questão 5. Em relação à estrutura, objetivos e atuação da OIT (Organização Internacional do Trabalho), é correto afirmar que:

- a)** A OIT é um mero departamento administrativo da ONU, sem autonomia jurídica própria.
- b)** A sede da OIT fica em Paris, França, e seu foco principal é mediar conflitos armados internacionais.
- c)** O Brasil passou a integrar a OIT apenas após a sua incorporação ao sistema das Nações Unidas em 1946.
- d)** A OIT foi criada pelo Tratado de Versalhes em 1919, com o objetivo de promover a justiça social como base para uma paz universal e duradoura.

Questão 6. Uma das características marcantes do funcionamento da OIT é o tripartismo. O que isso significa no contexto da atuação da Organização?

- a)** Que apenas três departamentos administrativos compõem a estrutura organizacional da OIT.
- b)** Que as decisões da OIT são tomadas exclusivamente pelos governos dos países membros.
- c)** Que a OIT reúne em seus órgãos de decisão representantes dos governos, dos empregadores e dos trabalhadores, garantindo a participação equilibrada desses três grupos nas discussões e deliberações.
- d)** Que a OIT promove, obrigatoriamente, três congressos internacionais por ano, agrupando diferentes regiões do mundo.

Questão 7. Sobre o princípio do tripartismo adotado pela OIT, é correto afirmar que:

- a)** O tripartismo assegura que, nas instâncias decisórias da OIT, estejam presentes representantes dos governos, dos empregadores e dos trabalhadores, todos com direito a voz e voto.
- b)** O tripartismo permite que apenas os empregadores tenham direito de voto nas decisões da Conferência Internacional do Trabalho.
- c)** O tripartismo consiste apenas em uma divisão geográfica dos países-membros em três blocos regionais.
- d)** O tripartismo dá prioridade à participação dos governos, sendo a representação de empregadores e trabalhadores apenas consultiva.

Questão 8. Considerando as características do Direito Internacional Penal e do Direito Penal Internacional, assinale a alternativa correta:

- a)** O Direito Internacional Penal refere-se à cooperação internacional para punir crimes comuns praticados em mais de um país, enquanto o Direito Penal Internacional trata de crimes que afetam valores essenciais da comunidade internacional, como genocídio e crimes contra a humanidade.
- b)** O Direito Penal Internacional cria normas e tribunais específicos para julgar crimes internacionais como genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra, enquanto o Direito Internacional Penal apenas auxilia na extradição de criminosos.
- c)** O Direito Penal Internacional aborda o direito penal nacional que possui algum elemento internacional, como crimes cometidos no exterior ou que envolvem estrangeiros, enquanto o Direito Internacional Penal cria normas e instituições para reprimir crimes internacionais de impacto global.

d) Não existem diferenças significativas entre Direito Internacional Penal e Direito Penal Internacional; ambos tratam dos mesmos temas e têm as mesmas competências.

Questão 9. Durante um conflito armado, um comandante ordena o massacre sistemático de civis de um grupo étnico específico, resultando em milhares de mortes. As autoridades do país onde ocorreu o crime não tomam providências e ignoram os pedidos internacionais por justiça. Diante desse cenário, qual ramo do direito é diretamente acionado para possibilitar a repressão desse crime?

- a)** Direito Penal Internacional, pois se trata de um crime que envolve estrangeiros e ocorreu fora do país do agressor.
- b)** Direito Penal Internacional, pois é necessário somente cooperação entre polícias de diferentes países.
- c)** Direito Penal Clássico, pois é da competência exclusiva do Estado onde ocorreu o crime.
- d)** Direito Internacional Penal, pois se trata de um crime internacional, como genocídio, cuja repressão busca proteger valores universais da convivência internacional, podendo envolver tribunais internacionais competentes.

Questão 10. Em determinado país, líderes militares de alto escalão cometeram crimes sistemáticos como genocídio e crimes contra a humanidade contra a própria população civil. O Estado se recusa a investigar ou julgar os responsáveis, apesar de reiteradas denúncias da comunidade internacional. Nessa situação, qual órgão pode ser acionado para processar e julgar tais crimes, conforme o Estatuto de Roma?

- a)** Tribunal de Justiça Internacional
- b)** Comissão Interamericana de Direitos Humanos
- c)** Corte Europeia de Direitos Humanos
- d)** Tribunal Penal Internacional